



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
TECNOLOGIA EM ALIMENTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Girlene das Virgens Almeida
Roseane Dantas dos Santos

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NA COMUNIDADE NEGRA, RURAL E QUILOMBOLA DE
MATINHA DOS PRETOS/ BA.**

Feira de Santana – Ba

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
TECNOLOGIA EM ALIMENTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NA COMUNIDADE NEGRA, RURAL E QUILOMBOLA DE
MATINHA DOS PRETOS/ BA.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal do
Recôncavo Baiano (UFRB), para a
obtenção da graduação em Tecnologia
de Alimentos na Educação do Campo.

Orientadora: Tatiana Velloso

Feira de Santana - BA

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

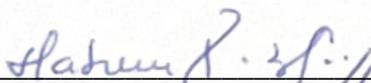
**Girlene das Virgens Almeida
Roseane Dantas dos Santos**

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATINHA DOS PRETOS – FEIRA DE SANTANA - BA

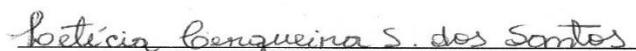
Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Tecnóloga em Alimentos do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Feira de Santana, 01 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof^ª. Letícia Cerqueira Silva dos Santos
Mestranda em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade
Federal da Bahia



Prof^ª. Dra. Samantha Serra Costa
Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Desejamos agradecer primeiramente a Deus, por ter nos capacitado até aqui e por nos permitir ultrapassar todos os obstáculos ao longo da formação.

Aos familiares, por nos apoiarem, nos dando incentivo diário e pelo amor incondicional demonstrado até aqui. Amamos vocês.

Aos amigos, que sempre estiveram ao nosso lado nos apoiando e motivando a nunca desistir. Aos colegas de turma, pelas trocas de conhecimentos e experiências.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no processo de formação. Em especial à professora Tatiana Velloso, por acreditar em nosso potencial, pela orientação e dedicação conosco.

Somos gratas a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização do trabalho, em especial ao Grupo Produtivo Polpa da Matinha.

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos gerados pelas políticas públicas de acesso ao mercado institucional no contexto da promoção da segurança alimentar e de geração de renda para agricultura familiar do grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos, em Feira de Santana – BA. Esse grupo possui uma Unidade de Beneficiamento de Frutas da Matinha (UBFM), com produção de polpas de frutas, com a participação de 17 mulheres, as quais participam de todo o processo produtivo da agroindústria familiar. A metodologia aplicada foi a análise do acesso ao mercado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os quais impactam diretamente na produção e no fortalecimento do grupo para geração de renda na perspectiva do desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que oportuniza para a alimentação escolar o acesso aos alimentos saudáveis que promovem a segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Mulheres Quilombolas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA: A MATINHA DOS PRETOS.....	7
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ACESSO AO MERCADO INSTITUCIONAL.....	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo analisar o acesso ao mercado institucional no contexto da promoção da segurança alimentar e de geração de renda para agricultura familiar do grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos, em Feira de Santana – BA, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essa pesquisa surgiu a partir da nossa trajetória como agricultoras e discentes do curso de Tecnologia em Alimentos, pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Tais vivências são marcadas pela capacitação e diálogo entre o saber tradicional e o conhecimento acadêmico, visando contribuir com o desenvolvimento e organização do grupo ao qual pertencemos.

O lugar da pesquisa ocorreu na Matinha dos Pretos, comunidade quilombola, localizada no Distrito de Matinha, pertencente ao município de Feira de Santana - Bahia. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, a partir da pesquisa participante enquanto vivência durante o tempo comunidade, em conformidade com a Pedagogia da Alternância, base metodológica do Curso de Tecnologia em Alimentos, com coleta de dados a partir das notas fiscais emitidas pela Unidade de Beneficiamento de Polpas de Frutas (UBFM), referentes ao fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Houve também a pesquisa bibliográfica, com referenciais sobre as categorias analíticas e históricas do grupo, visando entender a dinâmica de organização política da agricultura familiar quilombola.

O levantamento bibliográfico priorizou pesquisas desenvolvidas na comunidade, as quais discutem as questões relacionadas à sua origem, posse da terra, organização política e criação do grupo de mulheres pertencentes à agroindústria familiar na Matinha dos Pretos. É importante ressaltar que, estes referenciais são de autoria de mulheres negras, em sua maioria, com vínculos de parentesco ou proximidade com a comunidade, as quais acessaram a universidade pública e se interessaram em produzir sobre as suas raízes.

O desenvolvimento da pesquisa foi possível devido a nossa atuação junto ao grupo na produção das polpas de frutas, o que proporcionou o levantamento da seguinte hipótese: o acesso às políticas públicas PNAE e PAA impactam no fortalecimento do grupo, uma vez que possibilitam o alcance dos objetivos da criação da UBFM? Sendo assim, vimos que os incentivos à produção agrícola, por meio das políticas públicas da agricultura familiar de acesso ao mercado

institucional, por um lado, promovem a geração de renda e do desenvolvimento territorial que modificam a realidade socioeconômica dessas mulheres e fortalecem o sentido de unidade do grupo, e por outro, oportunizam a promoção da segurança alimentar e nutricional para a alimentação escolar, através de alimentos saudáveis.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA: A MATINHA DOS PRETOS

A história do Brasil é marcada pela exploração territorial, gestada pelo sistema mercantilista Europeu, o qual visava dominar a então colônia portuguesa e os povos nativos. O processo de ocupação do território ocorre de maneira gradativa, a princípio sob a lógica das sesmarias e mais tarde enquanto engenhos, os quais tornaram-se a base da economia colonial, sustentada pela mão de obra escrava, monocultura e pelo latifúndio.

A busca pela exploração em larga escala gestou a captura ou transporte forçado de pessoas oriundas do continente africano para trabalharem sob a condição de escravizados na Colônia Portuguesa.

Os europeus se beneficiaram do tráfico de escravos durante, aproximadamente, três séculos, sendo este uma das mais rentáveis atividades econômicas. Milhões de pessoas oriundas de diversas regiões do continente africano eram negociadas como mercadoria. Para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar, algodão, tabaco, entre outras, atendendo aos princípios básicos do mercantilismo e da acumulação de capital (SOUZA, 2010, p. 25).

Apesar da dinâmica do sistema impor uma dinâmica de subjugação aos escravizados, a historiografia brasileira dá conta de demonstrar trajetórias de subjetivas e coletivas na busca pela liberdade. Estudos comprovam que o cotidiano das lavouras era demarcado muitas vezes por negociações e conflitos, pois, “a capacidade de opor-se aos projetos do senhor foi, algumas vezes, muito forte. Nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo estrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses” (REIS; SILVA, 1989, p.16).

A busca pela negociação, por parte do escravizado, era motivada pela necessidade de conquistar a liberdade, a autonomia e de rebelar-se contra o sistema escravocrata. Conforme Gomes (1996), havia nessa ação um sentido político de protesto. O autor ainda apresenta a ideia de que os cativos, recriaram um mundo novo dentro da realidade da escravidão vivenciada no Brasil, à medida que rompiam com os limites impostos a eles pelo sistema.

De acordo com Nascimento (2016), os escravizados elaboravam as fugas como um mecanismo de resistência, as quais em alguns casos originaram comunidades denominadas aqui como quilombos. O aquilombamento é um fenômeno que ocorreu em todos os locais onde houve escravidão africana, e irá, segundo Gomes (2012), receber nomenclaturas distintas de acordo com os locais que foram estabelecidos.

Com a abolição da escravatura, o negro é considerado livre. No entanto, esta não garante a ele o lugar de cidadão na sociedade brasileira, sendo assim, as comunidades negras e quilombolas mantinham-se frente a dificuldades e aos mais diversos cenários que lhes eram impostos mediante as realidades das localidades que estavam inseridos.

Somente com a promulgação da Constituição de 1988, que em seu Artigo 68, determina a emissão de títulos de propriedade de terras para as comunidades afro-brasileiras, veremos um avanço contra a invisibilidade social que já durava mais de 100 anos no Brasil. Entretanto, apenas em 2003 os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras foram regulamentados, ficando sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Perante a legislação as comunidades quilombolas são “grupos étnicos que se autodefinem por meio de suas relações com a terra, território, ancestralidade, parentesco, tradições e práticas culturais próprias, que são constituídos predominantemente pela população negra, rural ou urbana” (BRASIL, 2003).

Vale ressaltar que a relação com a terra se constitui enquanto uma forma de unidade social do grupo, permitindo a sua reprodução, preservação de tradições culturais e religiosas de seus antepassados, manutenção da produção agrícola e pecuária, além dos valores e modos característicos de vida dentro de cada comunidade. Desta forma, segundo Cordeiro (2013), a maioria das comunidades quilombolas têm a agricultura de subsistência como principal atividade econômica e, em geral, uma parte pequena dos seus produtos cultivados é comercializada, normalmente a preços baixos, gerando pouca renda para as famílias.

Desde 2002, o Estado tem inserido políticas públicas significativas de enfrentamento da pobreza, visando elevar a renda e as condições de bem-estar da população vulnerável. No caso das comunidades quilombolas, estas enfrentam uma realidade de desigualdades sociais a séculos, apresentando consequentemente padrões diferenciados de vulnerabilidade sociais, que variam de acordo com as especificidades vivenciadas pelas comunidades.

É importante que políticas públicas incentivem a produção agrícola, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que permite a atuação dos agricultores familiares em outros setores. Essa dinâmica é vivenciada pela comunidade quilombola da

Matinha dos Pretos, localizada na região norte do município de Feira de Santana, e juntamente com 12 comunidades circunvizinhas¹ compõem o Distrito de Matinha. A comunidade é reconhecida popularmente como a sede do distrito e traz consigo uma trajetória de acontecimentos que marcam a sua constante luta pela preservação das suas identidades: negra, rural e quilombola.

A Matinha dos Pretos é assim denominada por ter sua origem vinculada à grande concentração de pessoas negras na região. Este fato se explica através da comprovação histórica² da existência da Fazenda Candéal na região, a qual se mantinha através da lógica escravista vigente durante o século XIX. Segundo a memória dos mais velhos da comunidade, as pessoas ali escravizadas se organizavam, fugiam e se escondiam nas terras da própria fazenda, que tinha grande extensão territorial e possuía uma mata fechada que proporciona o refúgio dos escravizados, daí a origem do nome da comunidade e do distrito.

Ao analisar a experiência negra na Matinha dos Pretos e no Candéal (comunidade vizinha), Souza (2016) enfatiza que o processo de emancipação da localidade enquanto distrito ocorreu anterior ao processo de conscientização e certificação enquanto comunidade quilombola. Desta forma, a autora conclui que, esses sujeitos acessavam as identidades enquanto negros e rurais para reivindicarem seus direitos coletivos e possuíam anterior a este processo, uma articulação política que os norteavam a como proceder.

O distrito de Matinha, levou este nome pois para os moradores, este possui uma forte representatividade. O nome Matinha remete à história da região, à história da agência negra na região, por isso os moradores o reivindicaram para que fosse o mesmo da comunidade sede, a fim de valorizar a sua História Local e evitar que o nome do distrito não tivesse qualquer relação com a mesma (SOUZA, 2016, p. 18).

Outro mito fundador da comunidade, parte da construção da capela em homenagem à São Roque. Segundo relatos orais, durante o ano de 1922, no Jacú, povoado próximo à comunidade, houve uma epidemia de Peste Bubônica³, D. Antônia, moradora da localidade de Matinha dos Pretos, amedrontada pela possibilidade de a peste chegar até a localidade, fez uma

¹ Olhos D'Águas das Moças, Candéal II, Moita da Onça, Salgada, Baixão, Tupy, Tanquinho, Genipapo II, Alto do Tanque, Alto do Canuto, Alecrim Miúdo, Jacú, Candéia Grossa e Capoeira do Rosário.

² Para saber mais, ler: História e Memória da Escravidão e Pós Emancipação nas Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Matinha dos Pretos e Fazenda Candéal (Feira de Santana/BA 1854-1945). Disponível em: [1548945017_711cec626dce8d027d94fe6462b7aaee.pdf \(anpuh.org.br\)](https://anpuh.org.br/1548945017_711cec626dce8d027d94fe6462b7aaee.pdf)

³ Doença infecciosa potencialmente fatal, causada pela bactéria *Yersinia pesti*. Para saber mais, ler: NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do. **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos-BA**. Tese de Doutorado, USP, Ribeirão Preto/ São Paulo, 1997.

promessa ao santo em busca de proteção e lhe prometeu que se a epidemia não chegasse até a localidade, construiria uma capela em sua homenagem. A peste nunca chegou à comunidade. Atualmente a Matinha dos Pretos é a primeira paróquia quilombola do Brasil.

Na segunda metade do século XX, a condição dos moradores da localidade era de rendeiros, os quais reivindicavam o direito sobre as terras devolutas da então Fazenda Candéal, o processo de negociação foi mediado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e grupos ligados à Igreja Católica, Missão Rural. Infelizmente, o episódio culminou com o assassinato de Joaquim Pereira.⁴ A reivindicação pela terra é um marco determinante para a organização da comunidade, uma vez que, estes iniciaram o acesso ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS) e permaneceram frente às suas reivindicações.

Esse conflito interveio de forma direta na vida da comunidade, momento em que precisaram se organizar enquanto associação. Contaram com a parceria da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento de Organização Comunitária – MOC, que promoveram capacitações e assessorias, quando aconteciam reuniões e diversas atividades que possibilitavam momentos de formação política para a comunidade (FERREIRA; VELLOSO, 2022, p. 83)

O fortalecimento da comunidade se deu a partir da organização política e constantes conflitos na busca por seus direitos, enquanto trabalhadores negros rurais. Segundo as autoras, o conflito vivenciado demarcou, ampliou e capacitou os envolvidos no processo, pois, a atuação das instituições externas promoveu capacitações e assessorias que gestaram a formação política que dá frutos até os dias atuais.

Um dos frutos desse processo, foi a criação da Associação Comunitária da Matinha (ACOMA), enquanto um espaço de discussão e reivindicação de melhorias para a comunidade. Segundo Elane Souza (2010), a atuação de organizações externas juntamente com a ideia de uma associação gerou recursos de uso comum, a exemplo das roças comunitárias e casas de farinha, o que traduz o seu objetivo principal da ACOMA existir.

Em um contexto municipal, a ACOMA surge juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS), o qual visava as questões assistencialistas demandadas pelo Governo Federal, conforme afirma Jesus:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS) foi fundado em 23 de janeiro de 1971, contexto em que inúmeros movimentos sociais no Brasil enfrentavam a Ditadura Militar, que reprimia os movimentos sociais e suas inúmeras

⁴ Para saber mais, ler: **Memória de luta: Conflito pela posse da terra em Feira de Santana-Ba 1970-1980**. Disponível em: [Monografia_Luana_Cardoso_Fonseca.pdf \(uefs.br\)](#)

organizações. Os sindicatos rurais, a nível nacional, surgem neste contexto, principalmente por conta da criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) que executava o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Este programa, criado no governo de Médici, garantia os seguintes benefícios: aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio funeral; serviço de saúde e serviço social. Os sindicatos, neste período, tinham como uma das principais funções cadastrar os trabalhadores que seriam beneficiados com o FUNRURAL. Dessa forma, muitos sindicatos rurais se mantiveram durante muito tempo cumprindo um papel assistencialista. Além de não atender grande parte dos homens do campo, as mulheres sequer tinham políticas voltadas para atender às demandas das mulheres (JESUS apud SOUZA, 2010, p. 91).

Souza (2010), chama a atenção para a postura dos trabalhadores rurais da Matinha frente ao Sindicato ao entenderem que as questões assistencialistas estavam distantes das demandas reais que eles necessitavam.

É importante afirmar que o processo que propiciou a consolidação da organização comunitária na Matinha não pode ser analisado de forma isolada do contexto do município de Feira de Santana. Assim, a construção da ACOMA caminha na direção do fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais feirenses, especificamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS). (SOUZA, 2010, p.90)

A autora traz em seu trabalho, relatos que afirmam que através da participação assídua e reivindicação, os trabalhadores conseguiram tomar a presidência do sindicato e voltar as ações para o real sentido de existir um sindicato de trabalhadores rurais em Feira de Santana-Ba, que era atender as reais demandas da população do campo. Vale ressaltar que até os dias atuais a Matinha e o Sindicato mantêm relações próximas.

Pode-se afirmar que, o engajamento político garantiu ganhos como: transporte público para o centro urbano, via principal asfaltada, escolas públicas que atendem da Educação Infantil ao Fundamental II e a Educação para Jovens e Adultos, posto de saúde, estádio, transporte escolar para os alunos que necessitam se deslocar para o centro para estudar, sobretudo aqueles do Nível Médio e tantas outras demandas que surgem no cotidiano.

Atualmente, a Matinha dos Pretos possui uma base econômica vinculada à agricultura familiar baseada no cultivo de culturas típicas da região, como: milho, feijão, mandioca e frutas como caju, manga, coco, goiaba, laranja, acerola e jaca. Essa produção dá subsídio para a produção dos seus derivados a exemplo da farinha de mandioca e beiju, que são utilizados para consumo familiar ou para venda nos comércios locais e nas feiras livres do centro da cidade de Feira de Santana.

Além da agricultura, alguns moradores optam por desenvolver atividades comerciais autônomas que viabilizam a manutenção da vida cotidiana, desenvolvem e fortalecem o comércio local, a exemplo da presença de farmácia, padaria, supermercados, barbearias, bares,

pizzarias, lanchonetes, oficinas, lojas de vestuário, salões de beleza, açougue, academia. Para além de ambas as atividades acima citadas, há aqueles que necessitam se deslocar diariamente para o centro urbano de Feira de Santana para trabalhar exercendo funções distintas. Esse deslocamento diário ocorre devido à necessidade de obter novas fontes de renda para o sustento das necessidades básicas do ser e da família.

Ao caracterizar a sede do distrito, aparecem elementos que são categorizados enquanto urbanos em meio ao que se reivindica ser uma comunidade rural. É importante ressaltar que, a partir de 2014, a Matinha dos Pretos é certificada enquanto quilombola pela Fundação Palmares, ou seja, há aqui mais um marco de reivindicação de identidade, preservação cultural e autorreconhecimento enquanto sujeitos capazes de compreender a fluidez que compôs a formação social e política da comunidade.

[...] ao tratar do conceito de ruralidade, chama a atenção para o fato de que as transformações realizadas no campo a partir da expansão da sociedade urbano-industrial, ou ainda pelas trocas com o mundo urbano, não implicam necessariamente na descaracterização das culturas locais e/ou tradicionais, mas, num processo de reelaboração das práticas culturais a partir da relação de alteridade do grupo em relação à aquilo e aqueles/as considerados “de fora” de modo que o grupo diante desse processo consolida a identidade local com base no sentimento de pertencimento à que localidade. Destaca ainda que a ruralidade não é mais definida a partir da oposição à urbanidade, pois o rural e urbano são representações sociais sujeitas à reelaborações (CARNEIRO apud SOUZA, 2016, p. 31)

Vale ressaltar que, busca por novas formas de sobrevivência, dentro ou fora da comunidade, não ocupa um lugar de negacionismo da noção de ruralidade do grupo, mas comprova que o fortalecimento da agricultura familiar diante do molde social do século XXI, necessita de incentivos assíduos e mais efetivos do Estado para conseguir dar conta das demandas básicas e reais das comunidades negras, rurais e quilombolas.

Entre essas demandas, a partir da disponibilidade de frutas nas propriedades rurais da comunidade, foi constituída uma unidade de beneficiamento de polpas de frutas, em 2006, porém o beneficiamento das frutas teve início em 2010. Essa unidade teve como objetivo gerar renda, através da diversificação de atividades econômicas, a partir da oferta de frutas em várias safras, como forma de agregar valor para os alimentos produzidos pelos agricultores familiares da Matinha e comunidades circunvizinhas. A unidade busca, também, minimizar o êxodo rural e incentivar o trabalho dos jovens e mulheres da comunidade, visando fortalecer a agricultura familiar como promotora da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento territorial.

A polpa de frutas da Matinha conta atualmente com a participação de 17 mulheres agricultoras familiares, das quais, duas são responsáveis pela gestão e comercialização, e as

demais trabalham na produção. O grupo busca o empoderamento e o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, através do trabalho na unidade de beneficiamento. Vale ressaltar que a maioria delas, atuam na produção e no fornecimento da matéria-prima para fabrico das polpas.

As mulheres afirmam a todo o momento que o grupo não desanima e expressam orgulho por toda trajetória de luta que construíram ao longo do tempo, orgulho das grandes conquistas e avanços que tiveram, e reconhecem a importância das políticas públicas que propiciaram o desenvolvimento comunitário (FERREIRA; VELLOSO, 2022, p. 88).

Junto à implantação da Unidade de Beneficiamento de Frutas da Matinha (UBFM), surgiram os desafios, desde o processo de garantir a infraestrutura adequada até a garantia de capital de giro, que dificultam o processo de produção, de comercialização e remuneração das integrantes do grupo. Esses fatores estruturais geram a desmotivação, os quais são driblados através das experiências do grupo de mulheres, que elaboraram estratégias para atender a demanda de produção, sendo elas: plantar em seus quintais as frutas que necessitam na produção e que atendem as demandas, comprar matéria-prima nas comunidades circunvizinhas ou no Centro de Abastecimento.

A comunidade sofre com os longos períodos de estiagem e não acessa nenhuma política pública que garanta água para produção, caso tivesse o acesso à água para produzir, além das culturas anuais, poderia ter safras das frutas mais de uma vez por ano, garantindo uma maior frequência de fornecimento para a fábrica, possibilitando o plantio de outras variedades que produzam em ciclos menores [...] (FERREIRA; VELLOSO, 2022, p.94).

A maior parte da produção é comercializada a partir do acesso às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar promovidas pelo Governo Federal, sendo elas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O grupo tem como apoiadores a Associação de Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana (APAEB), e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Essas parcerias citadas são destacadas pelo grupo como importantes contribuintes para as relações internas e externas, como forma de permanência e autonomia dessas mulheres no campo.

O armazenamento e o escoamento da produção também apresentam desafios com relações diretas na comercialização. A unidade apresenta necessidade de mais espaço para resfriamento das polpas produzidas, frente à demanda do mercado institucional. Quanto ao escoamento, o grupo salienta que, os pedidos do mercado em alguns casos não condizem com a safra da estação, o que impacta efetivamente na dinâmica econômica da unidade, que precisa recorrer a estratégias para atender à demanda dos programas.

Importante destacar que em 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, e em 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 454 que declarou o estado de transmissão comunitária em todo o território nacional mediante ao estado de pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, de natureza infecciosa emergente que representa uma grave e complexa ameaça para a saúde populacional. Essa situação levou à suspensão das atividades presenciais, especialmente do funcionamento das unidades escolares, como medida de precaução e de prevenção de infecção da COVID-19. Essa suspensão impactou diretamente na UBFM com o acesso ao mercado institucional, em 2020, especialmente do PNAE de Feira de Santana, com o fornecimento de polpa de frutas produzida durante a safra de janeiro e fevereiro de 2020.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ACESSO AO MERCADO INSTITUCIONAL

A agricultura familiar tem suas origens na produção camponesa tradicional, em meio a um sistema onde o agricultor e sua família são capazes de participar de todas as etapas do trabalho, desde a posse da terra, das suas ferramentas, das máquinas, execução e gestão; realidade esta que fortalece a capacidade desses às novas exigências sociais. A Lei 11.326/2006 considera enquanto agricultor familiar aquele que utiliza predominantemente a mão de obra familiar, sendo essa atividade a base da renda da família, e com propriedade de no máximo quatro módulos fiscais (EMBRAPA, 2014).

Segundo Hespanhol (2013), entre os séculos XX e XXI, houveram transformações relevantes voltadas à agricultura de pequeno porte, uma vez que através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), se deu início a um conjunto de medidas que visavam fortalecer e garantir a produção agrícola familiar. Tais medidas impulsionaram o surgimento de políticas influenciadas pela segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento nacional do impacto socioeconômico da agricultura familiar no Brasil.

O Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº11.346/2006, permite a elaboração e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal; visa o monitoramento e avaliação das mudanças que ocorrem em situações de alimentação e nutrição, assim como, permite a verificação do impacto de programas e ações deste âmbito sob a população alvo da política.

Segundo Rahal, Gentil e Magalhães (2020), apesar dos avanços dos indicadores nacionais e internacionais, há ainda muitos desafios previstos para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), os quais exigem esforços e diagnósticos permanentes, sobretudo no que diz respeito às comunidades tradicionais e suas especificidades. O SAN possui políticas públicas que se articulam com o desenvolvimento da agricultura familiar e local, assim como estão relacionadas com as pautas quilombolas, indígenas, rurais e demais povos tradicionais existentes no território brasileiro, os quais acessam estas políticas e as gerenciam de acordo com as suas realidades e organizações. Neste âmbito, destaca-se aqui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA e o PNAE, surgem como programas de garantia a segurança alimentar e nutricional, tendo como objetivo assegurar que os alimentos produzidos pela agricultura familiar chegarão até o mercado consumidor, seja em restaurantes populares, escolas, organizações, entre outros, dispensando o agricultor familiar de participar de licitações, e aproximando-o dos consumidores. Vários estudos afirmam que isso tem contribuído para que ocorra a redução do êxodo rural. (QUIJADA; CAVIOCHIOLI; SOARES, 2020, p. 348)

Durante a década de 1930, iniciaram as primeiras ações governamentais relacionadas à alimentação e nutrição; ações estas influenciadas por estudos de nutrólogos sociais, dentre eles Josué de Castro, os quais reconheciam a fome e a desnutrição como um problema de saúde pública no país. Na década de 1940, foi estruturado o primeiro programa de alimentação escolar em âmbito nacional, com a responsabilidade pública, o qual, foi o único programa do plano que se manteve, com início na década de 1950 (BRASIL, 2018).

Com o Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955 foi instituída a Campanha de Merenda Escolar, sob responsabilidade do Ministério da Educação, que contava com doações provenientes da Unit Children's Fund (UNICEF), denominado no Brasil como Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e outros organismos internacionais. Em 1956, esse decreto foi editado, passando a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNAE), que, como o próprio nome sugere, teve como objetivo promover atendimento em âmbito nacional.

Em 1965, surge o decreto nº 56.886, como uma segunda etapa do programa, que contava com alimentos oriundos dos Estados Unidos, entre os quais destacavam-se o “Alimento para a Paz”, financiado pela Unit States Agency for International Development (USAID), o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, que atendia populações carentes e crianças em idade escolar, e do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).

Com a Constituição de 1988, em seu inciso VII do Artigo 208, alimentação escolar passou a ser direito de todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 1988). De acordo com Peixinho (2013), até 1993, a execução do programa ocorreu de forma centralizada, na qual havia um órgão gerenciador de todo o processo. O cenário se modificou com a Lei nº 8.813/94, a qual possibilitou a administração dos recursos para a execução do PNAE de forma descentralizada.

Para Peixinho (2013), essa nova etapa permitiu racionalizar a logística e os custos, além de facilitar a oferta de uma alimentação concordante com o hábito alimentar dos indivíduos, conforme a localidade do país, abrindo oportunidade para a inserção de comércios locais e o pequeno agricultor. Os anos 90 e 2000 foram marcados por reedições e medidas provisórias que representaram avanços significativos para o programa, sobretudo em respeito aos hábitos alimentares regionais.

Com o início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, as posturas frente o combate à fome e a desigualdade ganharam força por meio de programas e políticas que acarretaram avanços importantes para o PNAE, dentre elas, a universalização do programa, o qual a partir da Lei nº 11.947/09, passou a atender todos os níveis da educação básica, Programa Mais Educação e a Educação de Jovens e Adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público.

Outro programa de acesso ao mercado institucional é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado em 2003, sob a Lei nº 10.696, e que representa a continuidade dos avanços nas políticas públicas, enquanto uma das ações do programa Fome Zero, sendo atualizado pela Lei nº 12. 512/11, com a regulamentação via Decreto nº 7775/12, o qual possibilita a sua parceria com estados, municípios e consórcios públicos, usando o Termo de Adesão⁵. Enquanto objetivo, o PAA apresenta:

gerar renda e sustentar preços à agricultura familiar; fortalecer as associações e cooperativas de agricultores familiares; garantir acesso a uma alimentação diversificada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (ou em condições de vulnerabilidade social); valorizar a produção e a cultura alimentar das populações; promover a fixação das famílias no campo; dinamizar a economia local, alimentos no mercado local e gerar maior número de postos de trabalho; melhorar a qualidade dos produtos da agricultura familiar; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e a agricultura orgânica, além de promover o resgate e preservação da biodiversidade (NASCIMENTO NETO, 2012, apud OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p.37)

⁵ Documento no qual os participantes firmam compromissos relacionados ao Programa de Aquisição de Alimentos, sendo nele descrito os requisitos mínimos, compromissos e funções a serem exercidas.

O alcance do programa visa promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, sendo estes alimentos destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e àquelas que são atendidas pela rede socioassistencial⁶, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, pela rede pública e filantrópica de ensino.

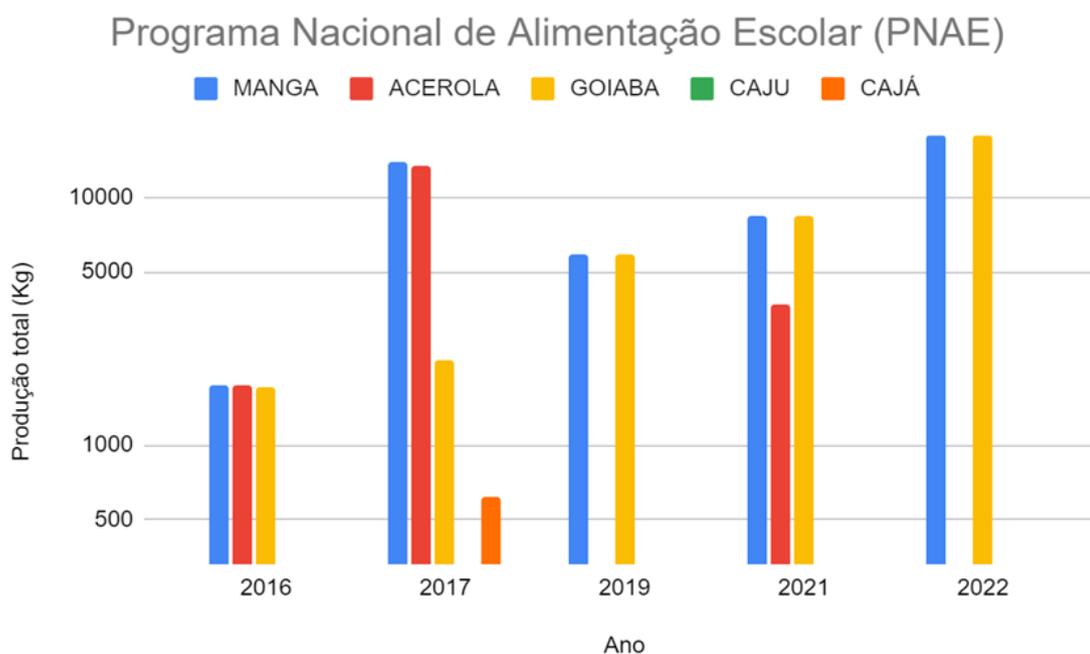
Ao examinar a proposta do programa, pode-se constatar que há benefícios a todas as partes envolvidas, uma vez que o agricultor familiar busca a qualidade da sua produção visando atender as exigências do mercado consumidor e produzir sob a certeza da venda. Quanto aos órgãos governamentais, o seu poder de compra contribui para a inclusão social e produtiva dos agricultores, assim como promovem a qualidade nutricional do público participante, os que por sua vez recebem alimentos ricos nutricionalmente para uma alimentação adequada.

Esses programas foram acessados pela Unidade de Beneficiamento de Frutas da Matinha (UBFM), em que na análise realizada foi verificada o impacto das políticas públicas na produção das polpas de frutas que geram renda e fortalece o sentido coletivo das mulheres quilombolas. Os dados analisados foram do período de 2016 a 2022, período este em que a unidade acessou os incentivos PNAE e o PAA, conforme pré-requisitos exigidos em ambos os programas. Dois anos não aparecem nas análises, respectivamente 2018, por não ter acesso aos dados e em 2020 que houve a suspensão de acesso ao mercado institucional, mediante a COVID-19, em que um contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana não houve a entrega neste ano, mediante a suspensão das atividades presenciais. Esse contrato foi cumprido em 2021, com o retorno presencial das unidades escolares de Feira de Santana.

De acordo com os dados de acesso ao mercado do PNAE, o programa solicita sabores como: caju, cajá, goiaba, acerola e manga, nos casos dos sabores de manga, acerola e goiaba, demanda em alguns anos mais 10.000 quilos. Os sabores de Caju e Cajá apresentam dados iguais ou inferiores a 500 quilos, sendo assim, os sabores menos acessados no período analisado, conforme Gráfico 1.

⁶ Política social formada por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Serviço Único de Assistência Social (SUAS).

Gráfico 1. Quantidades por sabores de polpas de frutas comercializadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela UBPF da Matinha dos Pretos, no período de 2016 a 2022

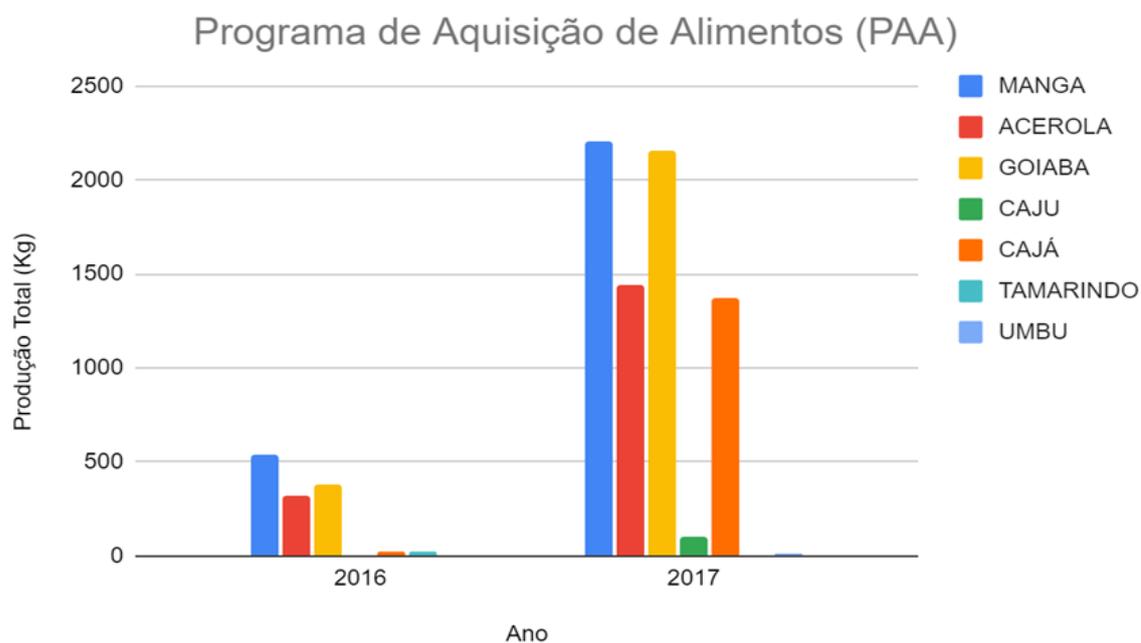


Fonte: Dados da pesquisa

Segundo o Gráfico 1, em 2016 foram comercializadas em torno de seis mil quilos de polpas de frutas dos sabores de manga, acerola e goiaba; em 2017, houve o aumento para mais de vinte três mil quilos de polpas de frutas dos sabores de manga e acerola, com uma quantidade menor para goiaba, e apareceu neste ano o sabor de cajá (um pouco mais de 500 quilos) e caju (que foi uma quantidade inferior a 50 quilos). Em 2019, essa quantidade se manteve com o aumento da quantidade de polpa de frutas no sabor de goiaba; e em 2021, com quase a mesma quantidade para apenas os sabores de manga e acerola.

A dinâmica de acesso ao PAA pela UBPF da Matinha dos Pretos, tem uma maior diversificação dos sabores das polpas de frutas, que para além de predominar os sabores de manga, goiaba e acerola, aparecem os sabores de cajá, caju, tamarindo, umbu e caju, mesmo em menores quantidades (Gráfico 2).

Gráfico 2. Quantidades por sabores de polpas de frutas comercializadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela UBPF da Matinha dos Pretos, no período de 2016 e 2017



Fonte: Dados da pesquisa

Segundo o Gráfico 2, a UBPF da Matinha dos Pretos acessou ao programa somente durante os anos de 2016 e 2017. A análise dos dados direciona para a constatação de que as grandes vendas ocorrem nos sabores de manga, acerola e goiaba, frutas predominantes nos quintais da comunidade e que proporcionalmente possuem mais disponibilidade de matéria-prima para o fabrico da polpa de fruta. Ou seja, uma vez que o PNAE e o PAA integram demandas de sabores de polpas de frutas condizentes com a safra (oferta) ou com fruticultura da comunidade, o grupo produtivo, consegue alcançar altos números de vendas.

A pandemia da Covid-19, apresentou fatores relevantes a refletir, pois o fechamento de órgãos públicos, os quais são partícipes do PNAE e PAA, gerou a inexistência da demanda e a queda considerável da produção. Os gráficos apontam dados inexistentes no ano de 2020, fato este que demonstra a necessidade de diálogo dos programas com outros mercados institucionais, impactando no funcionamento constante da unidade.

Os dados sobre a comercialização das polpas de frutas reforçam por um lado, a importância da agricultura familiar na produção alimentos para o abastecimento interno, que atinge 70% dos principais alimentos do Brasil, especialmente do feijão, milho, arroz, hortigranjeiro, mandioca e animais de pequeno porte (aves, abelha, suínos), como também para

amidos, os lácteos, as frutas, as hortaliças, entre outros sistemas que são integrados nas propriedades familiares (IBGE, 2017).

A Bahia se destaca por ser o Estado com o maior número de agricultores familiares do Brasil, com 762.848 estabelecimentos, o que representa 15% do total dos estabelecimentos agropecuários do país, bem como da existência das agroindústrias da agricultura familiar, em que no Brasil se observa o total 720.644 unidades de agroindústrias da agricultura familiar (85% do total) em que 77.136 unidades de beneficiamento, cerca de 11% do total de todo estão no estado da Bahia (IBGE, 2017).

A Unidade de Beneficiamento de Polpas Frutas da Matinha (UBFM), acessou em 2019 ao Bahia Produtiva, Projeto do Governo do Estado da Bahia, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), o subprojeto, o qual tem como objeto a cooperação técnica, operacional e financeira entre o Estado e a ACOMA, visando a requalificação da unidade, através de uma obra civil e aquisição de equipamentos, os quais irão proporcionar uma nova dinâmica de produção, pois o trabalho será otimizado através do uso das novas máquinas, gerando assim, maior produtividade e melhores condições de trabalho.

O termo de convênio visa, também, atender a demanda da comunidade, para beneficiar mais 21 famílias participantes, através da assistência técnica, promovida pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura e Economia Solidária (UNICAFES), a qual realiza oficinas de manejo agroecológico, compostagem, podas e adubação que objetivam a melhoria da fruticultura e conseqüentemente o aumento da produtividade do grupo. As expectativas em torno da reforma são de acesso a novos mercados de pequenos e grandes circuitos de comercialização, para que assim possa haver grandes lucros, de modo que os objetivos de criação da unidade sejam alcançados, sobretudo, modificar a realidade socioeconômica das famílias que integram o grupo e diminuir o êxodo rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta para a importância de políticas públicas que garantam direitos fundamentais das comunidades quilombolas de acesso ao mercado institucional, como política pública de fortalecimento da agricultura familiar, por um lado, de geração de renda e trabalho para a Matinha dos Pretos, com o desenvolvimento territorial, e por outro, de oferta de alimentos saudáveis para a alimentação escolar na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Observa-se que a pandemia da COVID-19, momento que necessitava da continuidade de programas de acesso ao mercado institucional, tanto do PNAE como do PAA, foram suspensos na aquisição de polpas de frutas. Esse momento representou um grande desafio para o grupo da UBPF com a suspensão de contrato firmado, como também para a alimentação escolar que necessitava garantir acesso aos alimentos saudáveis como medida de fortalecimento de imunidade, como também de segurança alimentar e nutricional para as unidades escolares.

Essa pesquisa não tratou dos desafios como a posse da terra e do reconhecimento legal enquanto quilombolas, nas políticas afirmativas de reparação às violências que sofrem a população rural, especialmente negra. Como também não houve a verificação de qual quantitativo representou as polpas de frutas na alimentação escolar das unidades, visto a necessidade de garantir à Lei da aquisição de pelo menos 30% do total desta alimentação nas unidades escolares.

Por fim, a venda de produtos da agricultura familiar quilombola para o PNAE e PAA contribui para a modificação das relações de trabalho, principalmente das mulheres da comunidade, as quais muitas vezes precisam administrar diversas atividades associadas aos cuidados com a família e a casa. Ademais, também auxilia no enfrentamento de questões socioeconômicas, por garantir a venda do produto cultivado.

Entretanto, é relevante considerar que, mesmo que a compra dos produtos da agricultura familiar esteja colaborando com a situação socioeconômica dos quilombolas, ainda existem dificuldades a serem superadas, a exemplo da burocratização do funcionamento dessas políticas e a infraestrutura necessária para atender às suas demandas e dos desafios históricos estruturantes de acesso à assistência técnica, ao crédito e à regularização fundiária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito Humano à Alimentação Adequada**. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-ainformacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso em: abril 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: Lei 11947/09 | Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Presidência da República (jusbrasil.com.br). Acesso em: março 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, 1998.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: ações da CONAB em 2003**, 2003. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em: janeiro 2023.

CORDEIRO, José da Alves da Silva. **Agricultura de subsistência na comunidade do Sítio Tomé município de Mulungu – PB**. Guarabira, UEPB, 2013.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo**. Embrapa Hortaliças. Ano III. n. 14. Setembro-Dezembro, 2014.

FERREIRA, Gilmara; VELLOSO, Tatiana. Grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos. In: **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas**. VELLOSO, Tatiana Ribeiro; ANJOS, Eliene Gomes dos. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 77-96.

GOMES, Flávio. REIS, João José. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma; 2012.

GOMES, Flávio. **Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial**. In: Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará. 1996, v. 2, t.1.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: abril 2023.

JESUS, Tatiana Farias de. **Trabalhadoras Rurais de Feira de Santana: Gênero, Poder e Luta no Sindicalismo Rural (1989-2000)**. Salvador, UFBA, 2009.

NASCIMENTO, G. A. R.; BATISTA, M. R. R.; NASCIMENTO, M. A. R. **Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros**. Interações, v. 17, n. 3, p. 432-447, 2016.

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa; ASSIS, William Santos de. **O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia- Pará**. RAF. v.13, nº2/ jul-dez 2019.

PEIXINHO, A. M. L. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio; SOUZA, Gabriela Coelho de. **A Contribuição brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Elane Bastos. **Terra, Território, Quilombo: à luz do povoado Matinha dos Pretos – BA**. Salvador, UFBA, 2010.

SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e história quilombola: experiência negra em Matinha dos Pretos e Candéal (Feira de Santana/BA)**. Cachoeira, UFRB, 2016.